

18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CCJR - 11 DE JUNHO DE 2025

Núm.	Protocolo	Autor(a)	Ementa	Procuradoria Jurídica	Relator(a)	Conclusão	1º Pedido de Vista	2º Pedido de Vista
PEDIDO DE VISTA								
1	919.2025-60	Aava Santiago	Projeto de Lei 76/2025 - Dispõe sobre a permissão do ingresso e permanência de pessoas com doença celíaca portando alimentos para consumo próprio em eventos esportivos, institucionais, culturais ou de lazer realizados no âmbito do município de Goiânia.	Pela CONSTITUCIONALIDADE	Rose Cruvinel	Pela APROVAÇÃO	Pedido de vista: Léo José	Pedido de vista: Ronilson Reis e Léo José
2	1228.2025-83	Rose Cruvinel	Projeto de Lei 102/2025 - Dispõe sobre a criação do Disque Conselho Tutelar no município de Goiânia e dá outras providências.	Pelo ARQUIVAMENTO , pois interfere indevidamente na gestão administrativa municipal e apresenta vício de inconstitucionalidade formal.	Ronilson Reis	Pelo ARQUIVAMENTO	Pedido de vista: Willian Veloso	Pedido de vista: Geverson Abel e Lucas Kitão
3	1313.2025-41	Coronel Urzêda	Projeto de Lei 113/2025 - Institui o Programa de Fortalecimento dos Valores Cívicos no município de Goiânia, com o objetivo de promover a educação cívica, o patriotismo e a ética nas escolas municipais, além de ações que incentivem a cidadania.	Pela ANTI JURIDICIDADE do projeto, a proposição invade a competência exclusiva da União para legislar sobre as diretrizes da educação nacional	Igor Franco	Pela APROVAÇÃO , pois a proposta respeita a competência do município para legislar sobre interesse local, não invade atribuições privativas do Executivo	Pedido de vista: Kátia Maria e Denício Trindade	
4	1314.2025-96	Dr. Gustavo, Tião Peixoto	Projeto de Lei 114/2025 - Dispõe sobre obrigatoriedade de fornecimento de materiais antirruído para pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em estabelecimentos de grande circulação no município de Goiânia.	Pelas CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE do projeto	Daniela da Gilka	Pela APROVAÇÃO do projeto	Pedido de vista: Willian Veloso e Igor Franco	
5	597.2025-59 (emenda substitutiva)	Anselmo Pereira	Projeto de Lei 38/2025 - Dispõe sobre a regulamentação das atividades suplementares em farmácias e drogarias, estabelecendo práticas e atividades que promovam a saúde da população.	Pela DEVOLUÇÃO do projeto, para que sejam feitas as alterações necessárias.	Rose Cruvinel	Obs.: O autor apresentou Substitutivo, superando as inconstitucionalidades elencadas pela Procuradoria	Pedido de vista: Kátia Maria, Bruno Diniz e Lucas Kitão	
6	2180.2024-40	Isaías Ribeiro	Projeto de Lei 101/2024 - Institui no calendário oficial de eventos do município de Goiânia, o Pet Day, e dá outras providências.	Pelo ARQUIVAMENTO , usurpação da competência privativa do prefeito	Pedro Azulão Jr.	Pelo ARQUIVAMENTO	Pedido de vista: Geverson Abel	
7	1924.2024-17	Aava Santiago	Projeto de Resolução 09/2024 - Institui cota para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito da Câmara municipal.	Pelo ARQUIVAMENTO , por usurpação da competência privativa da Mesa Diretora	Pedro Azulão Jr.	Pelo ARQUIVAMENTO	Pedido de vista: Kátia Maria e Denício Trindade	
VETO								
8	5959.2023-36	Wellington Bessa	VETO INTEGRAL ao Projeto de Lei 414/2023 - Determina o estabelecimento de Área Escolar de Segurança e Cidadania - AESC no entorno das escolas públicas municipais como espaço prioritário de espaços municipais. Razões: a proposta contém dispositivos que impõem obrigações e ações a diversos órgãos municipais extrapolando a competência do Poder Legislativo.	Pela REJEIÇÃO DO VETO INTEGRAL do prefeito, ausência de invasão à competência do prefeito	Geverson Abel	Pela REJEIÇÃO DO VETO INTEGRAL ao Autógrafo de Lei		

9	1515.2021-60	Tião Peixoto	<p>VETO INTEGRAL ao PL 00355/2021 - DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO USO DE REDUTOR DE VAZÃO</p> <p>Razões: a propositura cria despesas para a Administração Pública municipal sem a observância da regra prevista no art. 113 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.</p>	Pela REJEIÇÃO DO VETO INTEGRAL DO PREFEITO	Rose Cruvinel	Pela REJEIÇÃO do Veto Integral		
10	1532.2024-40	Aava Santiago	<p>VETO PARCIAL ao Projeto de Lei 58/2024 - Determina a obrigatoriedade de instalação de placa em obras públicas municipais paralisadas exibindo</p> <p>Razões: viola o princípio da separação e harmonia entre os Poderes e o princípio da reserva da administração por não deixarem margem para a escolha do administrador</p>	Pela REJEIÇÃO DO VETO PARCIAL	Kátia Maria	Pela REJEIÇÃO do veto ao Autógrafo de Lei		
11	4152.2024-67	GCM Romário Policarpo	<p>VETO PARCIAL ao Projeto de Lei 243/2024 - Inclui a Novena Perpétua realizada no Santuário Basílica Nossa Senhora da Perpétua Socorro - Paróquia Nossa Senhora da Conceição - Matriz de Campinas como material do município de Goiânia.</p> <p>Razões: violação do princípio da separação dos Poderes</p>	Pela REJEIÇÃO DO VETO PARCIAL DO PREFEITO	Denício Trindade	Pela REJEIÇÃO AO VETO PARCIAL		
12	4769.2023-00	Aava Santiago	<p>VETO INTEGRAL ao Projeto de Lei 336/2023 - Garante às pessoas com deficiência visual o direito de receber as certidões de registro civil confeccionadas no sistema de leitura em Braille no município de Goiânia providências.</p> <p>Razões: inconstitucionalidade formal por ingerência nas atribuições do Chefe do Poder Executivo, e invasão da esfera da competência privativa da União por regulamentar a forma de documento registral.</p>	MANUTENÇÃO DO VETO INTEGRAL DO PREFEITO, a propositura adentrou a esfera de competência privativa da União	Denício Trindade	Pela MANUTENÇÃO DO VETO INTEGRAL DO PREFEITO		
PROJETO DE LEI								
13	5441.2024-83	Igor Franco	Projeto de Lei Complementar 22/2024 - Dispõe sobre a indenização pecuniária por tempo de serviço aos servidores comissionados do município de Goiânia e dá outras providências.	Pela ANTI JURIDICIDADE da propositura	Léo José	Pelo ARQUIVAMENTO		
14	995.2025-75	Dr. Gustavo	Projeto de Lei 80/2025 - Dispõe sobre prioridade na concessão de benefício sociais aos doadores de sangue regulares no município e dá outras providências.	Pelas CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE do projeto	Daniela da Gilka	Pela APROVAÇÃO		
15	5150.2024-95	Markim Goyá	Projeto de Lei 336/2024 - Acrescenta parágrafo único ao art. 192 da Lei Complementar nº 349, de 04 de março de 2022, que dispõe sobre o Plano Diretor do município de Goiânia e dá outras providências.	Pela ANTI JURIDICIDADE do projeto, vez que a delimitação do ordenamento territorial do município deve ser realizada com base em estudos técnicos e acompanhada de um planejamento elaborado por especialistas	Léo José	Pelo ARQUIVAMENTO , nos termos do § 1º, do art. 25, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Goiânia		
16	1576.2024-70	Isaias Ribeiro	Projeto de Lei 61/2024 - Dispõe sobre a necessidade de realização de exame genético para diagnóstico da trombofilia antes da prescrição de anticoncepcionais.	Pela JURIDICIDADE	Pedro Azulão Jr.	Pela APROVAÇÃO		

17	469.2024-24	Willian Veloso	Projeto de Lei 02/2024 - Institui o Dia Municipal da Cultura Surda.	Pelo ARQUIVAMENTO por violação ao princípio da independência e harmonia entre os poderes	Ronilson Reis	Pelo ARQUIVAMENTO		
18	810.2025-22	Ronilson Reis	Projeto de Lei 51/2025 - Dispõe sobre a limpeza periódica e manutenção da infraestrutura da rede pluvial em áreas de risco para enchentes e inundações (alagamentos) no município de Goiânia.	Pela INCONSTITUCIONALIDADE , invadem matérias de iniciativa privativa do prefeito	Daniela da Gilka	Pela APROVAÇÃO , entende esta relatoria que o projeto possui caráter autorizativo e orientador		
19	4145.2024-65	Igor Franco	Projeto de Lei 238/2024 - Dispõe sobre a criação de aplicativos para gerenciamento de vagas eletivas, urgência clínica, pediatria e UTI no município de Goiânia, e dá outras providências, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.	Pelo ARQUIVAMENTO , violação do princípio da separação dos poderes	Geverson Abel	Pela APROVAÇÃO , pois não vinculam nem criam despesa de execução obrigatória		
20	5130.2024-14	Lucas Kitão	Projeto de Lei 334/2024 - Proíbe o corte de energia elétrica em unidades que especifica.	Pela INCONSTITUCIONALIDADE , a competência para legislar sobre energia elétrica é exclusivamente da União	Geverson Abel	Pela APROVAÇÃO , considerando a evolução jurisprudencial do STF no sentido de admitir a atuação legislativa municipal em defesa da vida e da saúde, sem afetar a estrutura da concessão de serviços públicos federais		
21	1008.2025-50 (substitutivo)	Sargento Novandir	Projeto de Lei 92/2025 - Dispõe sobre a obrigatoriedade das distribuidoras de bebidas encerrarem suas atividades até as 23:59 horas e dá outras providências.	Pela CONVERSÃO DO FEITO EM DILIGÊNCIA , sanados todos os vícios identificados, o projeto poderá ser aprovado	Lucas Kitão	Pela APROVAÇÃO		